



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

CONTRATO Nº 27/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

O **MUNICÍPIO DE ENGENHO VELHO, ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 94.704.129/0001-24, no presente ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Sr. DIEGO MARTINELLI BERGAMASCHI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5081297557 e do CPF nº 991.604.630-15, residente e domiciliado na Rua Manuel Ferreira Bueno, nº 355, na cidade de Engenho Velho – RS, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **METALÚRGICA FLEX FITNESS LTDA**, inscrição no CNPJ nº 13.898.616/0001-73, sita na Estrada Municipal Edgard Archimedes Belchior, nº 1655, Bairro Zona Rural, CEP 15895-000, Cedral, SP, fone (17) 3266 2188 e e-mail diego@flex.ind.br, neste ato representada por Álvaro Lopes Gasparini, Sócio Proprietário, inscrito(a) no CPF nº 262.937.398-33 e RG nº 30.037.642-X, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente a aquisição de equipamentos para Academia de Saúde de Engenho Velho/RS, de acordo com as descrições, especificações e exigências contidas no Termo de Referência (Inciso II do art. 18 da Lei nº 14.133/2021), disposto no ANEXO I do Edital, sendo:

Item	Especificação	Qtidade/ Unidade	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
8.	ESTAÇÃO MULTIFUNCIONAL DE MUSCULAÇÃO PROFISSIONAL. Características técnicas mínimas: Confeccionadas em tubos de aço de 2 polegadas; - Pintura eletrostática; - Pode ser usado por até 5 pessoas ao mesmo tempo; - Deverá possuir 4 (quatro) torres de peso; - Baterias de 90 kg/70 kg/90 kg/70 kg, com conjunto de pesos em aço fundido, usinados e aferidos, em placas de 5 em 5 kg;- Placas de peso com buchas afastadoras com sistema anti-impacto, impedindo que um placa bata contra outra; - Puxadores; - Cabos de aço entrelaçados com alma de fibra (6x19 filamentos) revestido e injetado com nylon de alta resistência totalizando 6 mm de diâmetro externo, - Sistema para troca de cabos sem necessitar de ferramentas para prensar cabo; - Carenagem total translúcida de alta resistência em acrílico; - Estofamentos anatômicos, em corvin e de alta resistência, revestidos com tecidos impermeáveis, antifungo, antichamas e antisséptico na cor preta; -	01 unidade	Flex Equipament/ Mega 4 ABS	R\$ 49.310,00	R\$ 49.310,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

<p>Dimensões: 3,20×2,85×2,20 m (CxLxA); - Peso mínimo total do equipamento 495 kg; - O equipamento deve atender ao mínimo de 7 funções abaixo descritas: abdominal suspenso, barra fixa horizontal (peitoral e ombro), barra fixa curvada (ombro), prancha para exercícios dorsal e abdominal (costas e abdômen), apoio para exercícios dorsal e abdominal, barra paralela com apoio de pernas, barra paralela suspensa (flexão de braço), barra paralela fixa (peitoral), puxador paralelo (braços), escada horizontal (braços), espaldar (panturrilha, coxa, ombro) com no mínimo cinco níveis de altura; - Extensor de Pernas com regulagem de tamanho (distância e manoplas laterais; - Supino Vertical com regulagem de ângulo e encosto com regulagem de altura; - Peitoral, com regulagem de ângulo e dorsal; banco com regulagem de altura e encosto com regulagem para dorsal:- Saida para puxada alta, com barra de até 120 cm; - Leg Press com manoplas laterais e encosto com regulagem de distância; - Prancha abdominal com regulagem de altura e inclinação; - Espera para um cross over interno, com regulagem de altura e inclinação da prancha, contendo um puxador de 40 cm e um puxador triângulo, bancos com formato ergonômicos das pernas. - Ponteiros no formato retangular injetado em PVC de alta qualidade que impede o deslizamento do equipamento; - Tubos redondos na estrutura principal com dimensão de 2,5'' e parede 3 mm; - Tubos secundários retangulares 70x50mm e 50x50mm parede 3mm, oblongo 64x25mm parede 3mm, redondo 50, 80mm parede 3mm, redondo 25,4mm parede 3mm; - Tubo em aço carbono dobrado em ângulos sem defeitos e perda de parede após o processo de dobra CNC; - Chapas com cortes a laser e dobras CNC com espessuras que variam de 3mm até 16mm. - Soldas em solda MIG, protegido por gás inerte (Co2), excluindo a possibilidade de corrosão após o processo de soldagem; - Pintura eletrostática a pó, limpeza da superfície com jato em microesfera de vidro; - Estofados costurados e constituídos com desenhos anatômicos para cada aparelho, em madeira de MDF com espessura de 16mm, EVA de alta densidade (D-80180 kg/cm²) revestido com tecido sintético de alta resistência, antialérgico, lavável e impermeável; - Rolamentos de primeira linha 6001, 6003, 6004 e 6005 com dupla blindagem; - Sistema com guias em tubo inox de diâmetro 1''x 3mm; - Acabamentos inox ; - Roldana</p>				
---	--	--	--	--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	<p>injetada com rolamentos blindados; - Pinos para seleção de carga em polímero PP injetado e usinado; - Componentes de fixação: parafusos, arruelas, porcas, anéis elásticos e pinos tratados com zinco níquel para maior durabilidade; - Acabamentos de plásticos como ponteiros internas e externas, luvas de proteção interna fabricado em PP; Adesivo em policarbonato com ilustração de uso do equipamento e indicação de grupos musculares; - Sistemas puxador dois corpos para ajustar a amplitude do exercício no equipamento. - Todas as partes de regulagens devem ser cromadas; - Todas as manoplas, pés e empunhaduras deverão ser emborrachadas; - Manual especificando forma de instalação em contrapiso de concreto. - Equipamento fabricado por empresa credenciada no CREA com engenheiro mecânico responsável. - Equipamento com atestado ergonômico e biomecânico. - O fabricante deverá ser credenciado no CREA, com responsável técnico e atestado ergonomicamente por fisioterapeuta e ergonomista devidamente credenciado ao CREFITO, seguindo a nº NR 17, Estação NR 20/2020 012979 7, incluindo a montagem e fixação do equipamento. - O equipamento e a instalação deverão obedecer aos critérios da BR Nº 16.779. - Deverá acompanhar 01 Barra para pulley 120 cm, 01 Puxador 4x4 kal, 02 Puxador com giro punho, 01 Puxador corda 90 cm, 01 Puxador triangulo. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do Termo de recebimento definitivo. Deverá acompanhar o aparelho manual de instruções em língua portuguesa, na forma física ou em arquivo. A CONTRATADA deverá realizar a montagem do equipamento no local indicado pela Municipalidade, e deverá realizar treinamento para o profissional que irá realizar o uso com os munícipes.</p>				
9.	<p><u>BICICLETA SPINNING PROGRESS PROFISSIONAL XT.</u> Características técnicas mínimas: Estrutura em tubo de aço carbono oblongo de 40x115mm com espessura de 3 mm; - Guidão em aço carbono anatômico emborrachado com regulagem de altura; - Suporte para squeeze; - Selim anatômico em gel confortável com regulagem de altura, ângulo e profundidade; - Capacidade de peso: 150kg; - Roda de inércia com 22 kg; - Rodas para movimentação e pés niveladores de piso tipo rotação; - Pedais em metal cromado, com firma</p>	01 unidade	Flex Equipament/ FX 200	R\$ 7.026,00	R\$ 7.026,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	<p>pé; - Carenagem de proteção de corrente; - Sistema de transmissão por engrenagens e corrente tipo industrial; - Pinos de regulação com trava; - Graduador de esforço e intensidade; - Freio de emergência; - Pastilhas de freio de alta durabilidade; - Haste pedivela com duplo aperto (mais resistente). – Pintura eletrostática a pó com anticorrosivo. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do Termo de recebimento definitivo. Deverá acompanhar o aparelho manual de instruções em língua portuguesa, na forma física ou em arquivo. CONTRATADA deverá realizar a montagem do equipamento no local indicado pela Municipalidade, e deverá realizar treinamento para o profissional que irá realizar o uso com os munícipes.</p>				
10.	<p><u>BICICLETA ERGOMÉTRICA MAGNÉTICA HORIZONTAL PROFISSIONAL.</u> Características técnicas mínimas: Tipo horizontal; - Fabricada em estrutura de aço retangular, medindo no mínimo 100 X40 mm (LxA). - O equipamento deverá ser fabricado em formato de U, devido a acessibilidade; Deverá ter rodas para movimentação do equipamento e pés reguláveis; - Deverá possuir display LCD multifuncional com monitoramento completo; - Com 9 parâmetros de treinamento (distância, ciclos, tempo, velocidade, RPM, frequência cardíaca, carga, watts e calorias) - Idioma do display em português; - O display intuitivo de fácil leitura e monitoramento; - Com 7 programas de treinamento treino 10 min, tempo, distância, calorias, queima de gordura, cárdio, cárdio target; - Sistema de carga magnético com 8 níveis de resistência; - Grips auxiliares com sensores de batimento cardíaco; - Sistema autoalimentado que dispensa uso de energia elétrica; - Acabamentos e regulagens intuitivas com ajustes práticos e precisos; - Sistema de transmissão macio e silencioso para um movimento suave e contínuo; - Suporte frontal devidamente dimensionado para acessórios; - Sistema eletrônico autoalimentado; - Manoplas com pega mão emborrachados; - Comprimento mínimo (cm) 167; - Largura mínima (cm) 60; - Altura mínima (cm) 120; - Área mínima ocupada (m²) 1,01; - Capacidade mínima de uso (kg) 150; - Peso mínimo do equipamento (kg) 61; - Banco anatômico em PU; - Pedais auto balanceado com cinta de fixação; -</p>	01 unidade	Flex Embreex/ 367 GX	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

	Tensão autoalimentado; - Porta celular e porta squeeze no mesmo acessório -Ajustes distância do assento - 20 pontos de regulagem. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses após a emissão do Termo de recebimento definitivo. Deverá acompanhar o aparelho manual de instruções em língua portuguesa, na forma física ou em arquivo. CONTRATADA deverá realizar a montagem do equipamento no local indicado pela Municipalidade, e deverá realizar treinamento para o profissional que irá realizar o uso com os munícipes.				
11.	ESTEIRA HORIZONTAL PROFISSIONAL. Características técnicas mínimas: Painel multifuncional em LED; - Com 4 atalhos de variação de velocidades já programadas; - Funções do painel com 7 programas intervalo 30 minutos, caminhada, queima calórica, moderado, velocidade, distância e monitoramento cardíaco; - Sistema de amortecimento com coxins elásticos; - Sistema de segurança com chave magnética; - Lubrificação através de lona autolubrificante; - Monitoramento cardíaco através de sensores Grip pulse estrategicamente posicionados nos pega mãos; - Motor com potência mínima de 3.0 HP peak power; - Voltagem 220V; - Velocidade de trabalho de 1,0 a 18 km/h; - Área mínima de corrida (cm); 148 x 50; - Etribos antiderrapantes ao longo de toda a área útil; - Alinhamento de lona através de rolos autocentrantes; - Estrutura em aço carbono; - Carenagem em ABS de alta resistência rotomoldada ; - Console em ABS de alta resistência; - Pintura eletrostática; - Transporte com rodas dianteiras e alça traseira; Capacidade de mínima de uso 160 kg; - Peso mínimo do equipamento 84 kg; - Dimensões mínimas do equipamento 112 x 86 x 145 cm; - 2 porta copos. Garantia mínima de 05 (cinco) anos após a emissão do Termo de recebimento definitivo. Deverá acompanhar o aparelho manual de instruções em língua portuguesa, na forma física ou em arquivo. CONTRATADA deverá realizar a montagem do equipamento no local indicado pela Municipalidade, e deverá realizar treinamento para o profissional que irá realizar o uso com os munícipes.	02 unidade	Flex Equipament/ Xi	R\$ 24.138,00	R\$ 48.276,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. Este contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público a ele será aplicado, pelos dispositivos instituídos pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024, constante do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024, e, em especial, a Proposta de Preços, seus anexos e os Documentos de Habilitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA:

4.1. O objeto contratual (equipamentos/veículo), deverá ser entregue nos locais indicados pela Secretaria requisitante, no Município de Engenho Velho/RS, mediante a cópia do empenho, que servirá como Ordem de Entrega (Requisição de fornecimento), enviada no e-mail da Contratada, cadastrado no site www.portaldecompraspublicas.com.br, num prazo não superior a **30 (trinta) dias úteis a partir do envio do documento acima mencionado**.

4.2. A entrega deverá ocorrer em horário de funcionamento do Contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO DOS ITENS:

5.1. Todos os itens deverão ser entregues junto a Sede Administrativa do Município de Engenho Velho, sita na Rua Antônio Trombetta, nº 35, Bairro Centro.

5.2. Os itens, 08, 09, 10 e 11 deverão ser instalados pela Contratada nos locais indicados pela municipalidade.

5.3. Após a instalação dos equipamentos a Contratada deverá oferecer treinamento a equipe da UBS que irá trabalhar com os mesmos, em dia e horários previamente agendados.

5.4. Os objetos serão recebidos de forma provisória e definitiva, que será realizada na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

5.5 Os objetos serão recebidos após a sumária inspeção realizada pelo fiscal do contrato, podendo ser rejeitados caso desatendam as especificações exigidas.

5.6. Todas as despesas sejam de frete, carga e descarga, transporte, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.7. Fica assegurado ao Contratante, através do fiscal do contrato, o direito de rejeitar os objetos que estejam em desacordo com as especificações e condições neste contrato, do Termo de Referência e do edital, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido. Contratada deverá substituí-lo ou complementá-lo em 15 (quinze) dias uteis a contar da notificação.

5.8. Caso algum objeto no momento da entrega ou verificação das especificações, não atender ao especificado neste Termo, o CONTRATADO deverá providenciar a substituição do item num **prazo de até 15 dias uteis**, a contar da notificação, com despesas de transporte do item rejeitado e do novo item, por conta da CONTRATADA.

5.9. Caso a substituição/reparação dos objetos com inconformidades, não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas.

5.10. É de inteira responsabilidade da Contratada, ter disponível os equipamentos ou veículo na quantidade solicitada pela Municipalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

5.11. Caberá a Contratada entregar os objetos deste contrato, de acordo com as normas vigentes, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, em perfeitas condições físicas e técnicas, devidamente embalados (quando necessário), atendendo padrões de qualidade, preço e marca constantes em sua proposta de preço.

5.12. A execução do fornecimento dos objetos deste contrato deve ocorrer dentro das condições contidas no processo licitatório, condicionando a fiscalização e acompanhamento a ser exercido pelo Contratante, sendo a Contratada integralmente responsável por imperfeições que forem constatadas, não sendo a vistoria e fiscalização motivo para diminuição de sua responsabilidade por irregularidades verificadas ao final.

5.13. Os equipamentos e o veículo deverão ser entregues com garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de total responsabilidade da Contratada, inclusive os custos no que tange ao transporte.

5.14. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos equipamentos/veículo fornecidos.

5.15. A Contratada se responsabilizará, única e exclusivamente, pelos seguros, encargos sociais, fiscais, ambientais e trabalhistas decorrentes do presente contrato.

5.16. De maneira alguma o Contratante poderá ser responsabilizado por indenizações de natureza trabalhista em virtude do vínculo existente entre a Contratada e seus empregados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro, que são oriundos de Repasse via Proposta/FNS de nº 12142.963000/1230-03 e Proposta/FNS de nº 12142.963000/1220-09, além de recursos próprios.

6.1.1. Para os itens 08, 09, 10 e 11 é com recurso próprio e a dotação é 0601 10 301 0011 1029 44905210 000000 1500.

6.2. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento do Município de Engenho Velho/RS, para o exercício de 2024 e no Plano Anual de Contratações.

6.3. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. Após o recebimento dos objetos e suas respectivas notas fiscais, o Município terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para que o fiscal verifique as características dos objetos e emita o **Termo de Recebimento Definitivo** do objeto.

7.2. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, após a emissão do **Termo Final de Recebimento**, emitido pelo fiscal do contrato.

7.2.1. Caso haja alguma inconformidade com o objeto, o Município de Engenho Velho/RS não realizara nenhum pagamento, até a regularização das conformidades do objeto.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

7.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável (caso exigível).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

7.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. O pagamento do objeto a Contratada ocorrerá da seguinte forma:

7.6.1. O pagamento do Item 8 (Estação Multifuncional de Musculação Profissional), Item 9 (Bicicleta Spinning Progress Profissional XT), Item 10 (Bicicleta Ergométrica Magnética Horizontal Profissional) e Item 11 (Esteira horizontal profissional), será efetuado após a entrega dos equipamentos, em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos objetos, com recursos próprios.

7.6.2. A nota fiscal deve ser emitida em nome do Município de Engenho Velho/RS, com identificação na mesma do nº do procedimento licitatório realizado, e nº do contrato firmado com o Município.

7.7. O pagamento será em moeda corrente nacional.

7.8. O CNPJ da Contratada constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a Contratada deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

7.9. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

7.10. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como na execução do objeto.

7.11. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, caso a compensação entre a sanção e o valor a ser pago não seja suficiente para saldar aquela, hipótese esta que primeiro será realizada a compensação.

CLÁUSULA OITAVA- DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

8.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

9.1. Após a homologação do processo, o Setor de Contratos convocará regularmente a licitante vencedora para assinar o termo de Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

9.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (§ 5º art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

9.4. Após a assinatura do contrato as obras terão início no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Ordem Início pelo Setor de Engenharia.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

10.1. O prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses (ao final do prazo de garantia do item 11), contado da data de assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo poderá ser prorrogado na forma da Lei.

10.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o Contratante deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

10.4. O contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

10.5. O contrato poderá ser anulado nos termos do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

11.1. Caso a Contratada pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o Contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

11.2. O não cumprimento deste prazo não implica em deferimento do pedido por parte do Contratante.

11.3. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

11.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE CONTRATUAL:

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA ou IGP-M, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.8. Conforme § 5º do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, sempre que atendidas as condições do contrato, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

a. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

13.1. O objeto do contrato será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133/2021, sendo:

a. Provisoriamente, no momento da entrega do objeto, por transportadora ou pela contratada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante **Termo de Recebimento Definitivo** que comprove o atendimento das exigências contratuais.

13.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

14.1. São obrigações e responsabilidades da Contratada, conforme segue:

a. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

b. Executar o objeto contratual, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no Edital e seus Anexos.

c. Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

d. Executar o fornecimento do objeto de acordo com as especificações e prazos determinados pelo setor responsável. Caso esta obrigação não seja cumprida, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas em Lei e neste edital.

e. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado.

f. Propiciar o acesso da fiscalização do Contratante, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

g. Empregar boa técnica na execução do fornecimento, dentro dos padrões exigidos.

h. Corrigir ou substituir objeto não aprovado pela fiscalização do Contratante, caso o mesmo não atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

- i. Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a execução do objeto.
- j. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- k. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução do fornecimento ou por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros.
- l. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação.
- m. Arcar com os custos de combustível, transportes, deslocamentos e manutenção dos equipamentos ou materiais que porventura necessite utilizar.
- n. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.
- o. A atuação da fiscalização do Contratante não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- 15.1. São obrigações e responsabilidades do Contratante, conforme segue:
- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
 - b. Verificar minuciosamente, a conformidade do veículo/equipamento recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, através do(s) fiscal(is) responsável(is), para fins de aceitação e recebimento definitivo do objeto.
 - c. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do fornecimento, para que seja refeito, reparado ou corrigido.
 - d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
 - e. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
 - f. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
 - g. A fiscalização exercida pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.
 - h. Aplicar as sanções na forma dos arts. 104 e 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:

- 16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas Sra. Glucia T. M. Conteratto fiscal do contrato, representante(s) da Administração especialmente designado(s) conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

16.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

16.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

16.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

16.5. Na hipótese da contratação de terceiros, deverão ser observadas as seguintes regras:
a. a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

b. a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

16.6. A Contratada deverá manter preposto aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato.

16.7. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

16.8. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

16.9. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.10. O Contratante terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

16.11. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.12. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

16.13. O Contratante poderá determinar a paralisação do fornecimento por ocasião do acompanhamento, fiscalização, e/ou inexecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato da obra.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4. Conforme estabelecido no Art. 130 da Lei nº 14.133/2021, caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

17.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

17.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

17.7. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

17.8. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– EXTINÇÃO DO CONTRATO:

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

18.2. A extinção do contrato poderá ser:

- a. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê deresolução de disputas, desde que haja interesse do Contratante;
- c. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.3. A extinção determinada por ato unilateral do Contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.4. A extinção determinada por ato unilateral do Contratante poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

18.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Apuração de Indenizações e multas.

18.6. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Contratada nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DAS VEDAÇÕES:

19.1. É vedado a CONTRATADA:

- a. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

b. interromper a execução do fornecimento, sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PRERROGATIVAS:

20.1. O regime jurídico de contratos instituídos pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II. Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei;

III. Fiscalizar sua execução;

IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V. Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato

20.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

20.3. Na hipótese de modificação unilateral, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO:

21.1. Referente ao Item 8 e 9, Estação Multifuncional de Musculação Profissional, a Contratada deverá oferecer garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

21.2. Referente ao Item 10, Bicicleta Ergométrica Magnética Horizontal Profissional, a Contratada deverá oferecer garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses a contar da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

21.3. Referente ao Item 11, Esteira horizontal profissional, a Contratada deverá oferecer garantia mínima de 05 (cinco) anos a contar da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

22.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.3. A sanção prevista no inciso I do subitem 22.1 desta Cláusula será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

22.4 A sanção prevista no inciso II do subitem 22.1 desta Cláusula, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.5. A sanção prevista no inciso III do subitem 22.1 desta Cláusula será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.6. A sanção prevista no inciso IV do subitem 22.1 desta Cláusula será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 22.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.7. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 22.1 desta Cláusula será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

22.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 22.1 desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

22.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

24.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

24.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

24.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

24.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

24.5. O presente contrato será publicado no Site Oficial do Município.

24.5.1. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no Site no prazo de 10 dias úteis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHO VELHO
CNPJ 94.704.129/0001-24

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Constantina/RS para dirimir os casos omissos ao presente contrato.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Engenho Velho/RS, 18 de abril de 2024.

Diego Martinelli Bergamaschi
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

METALÚRGICA FLEX FITNESS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS INSTRUMENTAIS:

1) _____
NOME:

CPF:

2) _____
NOME:

CPF:

O presente contrato foi devidamente examinado e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/_____.

Norberto Hallwass
OAB/RS 29.612
ASSESSOR JURÍDICO